



SEMINÁRIO SOBRE REVISÃO DE GASTOS PÚBLICOS



Aprimorando a gestão fiscal para
economias mais resilientes



MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO



Mapa da Fala



An aerial photograph of a road intersection. A multi-lane road runs diagonally from the top left towards the bottom right. It intersects with a road that runs horizontally across the top right. There are several cars on the roads. Large, dense green trees are scattered throughout the scene, particularly along the roads and in the center. A building with a flat roof is visible in the top right corner. The ground is a mix of asphalt, grass, and bare earth.

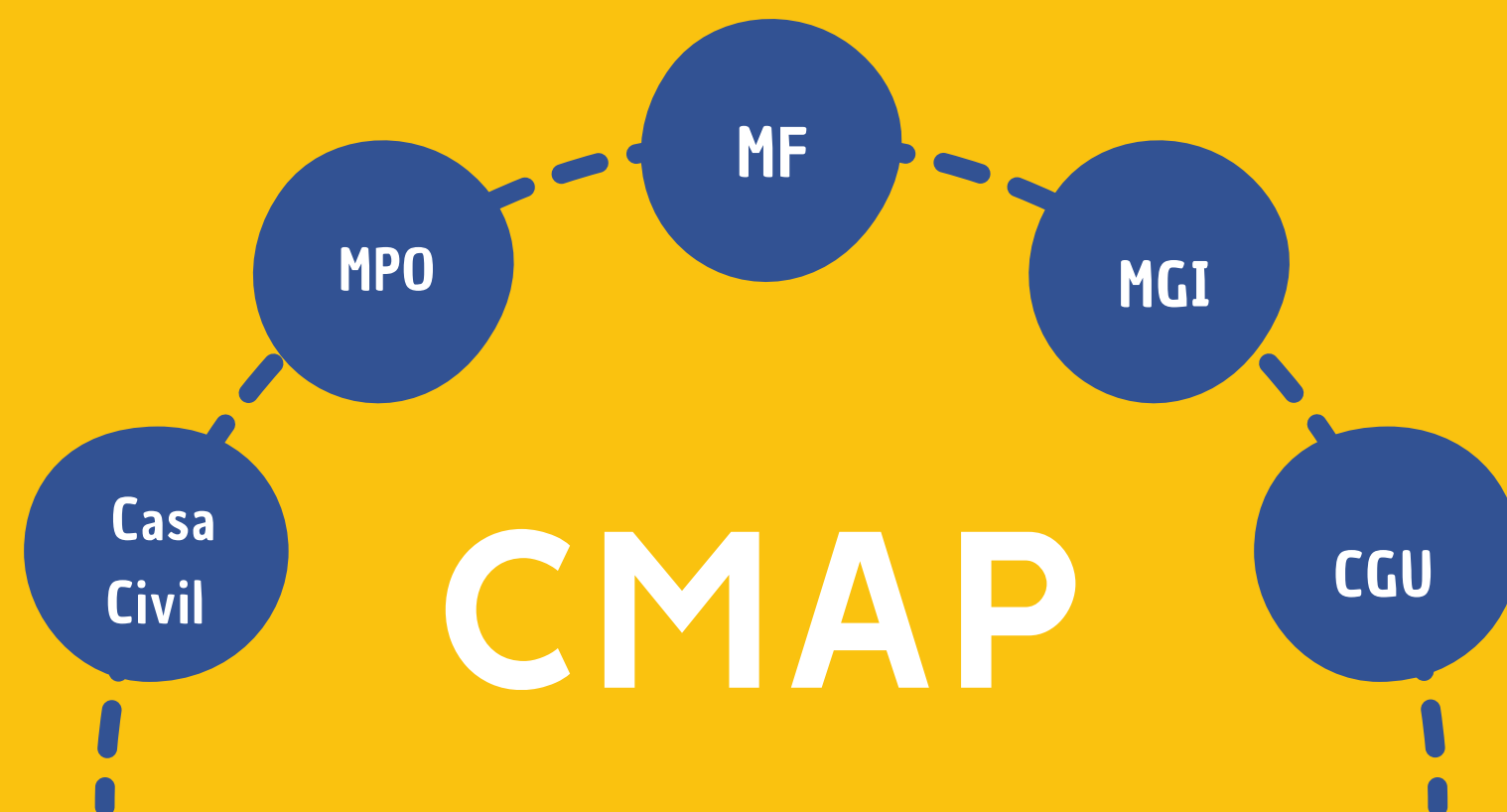
O que temos?

A vinculação da **revisão de gastos** ao processo orçamentário deriva do:

- § 16 do art. 37 da Constituição Federal e do art. 4º, § 5º, inciso VI, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,
- Determinam a realização de avaliações de políticas públicas e a consideração de suas estimativas de impacto fiscal no PLDO.

COMO ESTAMOS ORGANIZADOS

NOVO DECRETO DE ESTRUTURA: 11.978/2024, QUE APROVA ESTRUTURA REGIMENTAL DO MPO.



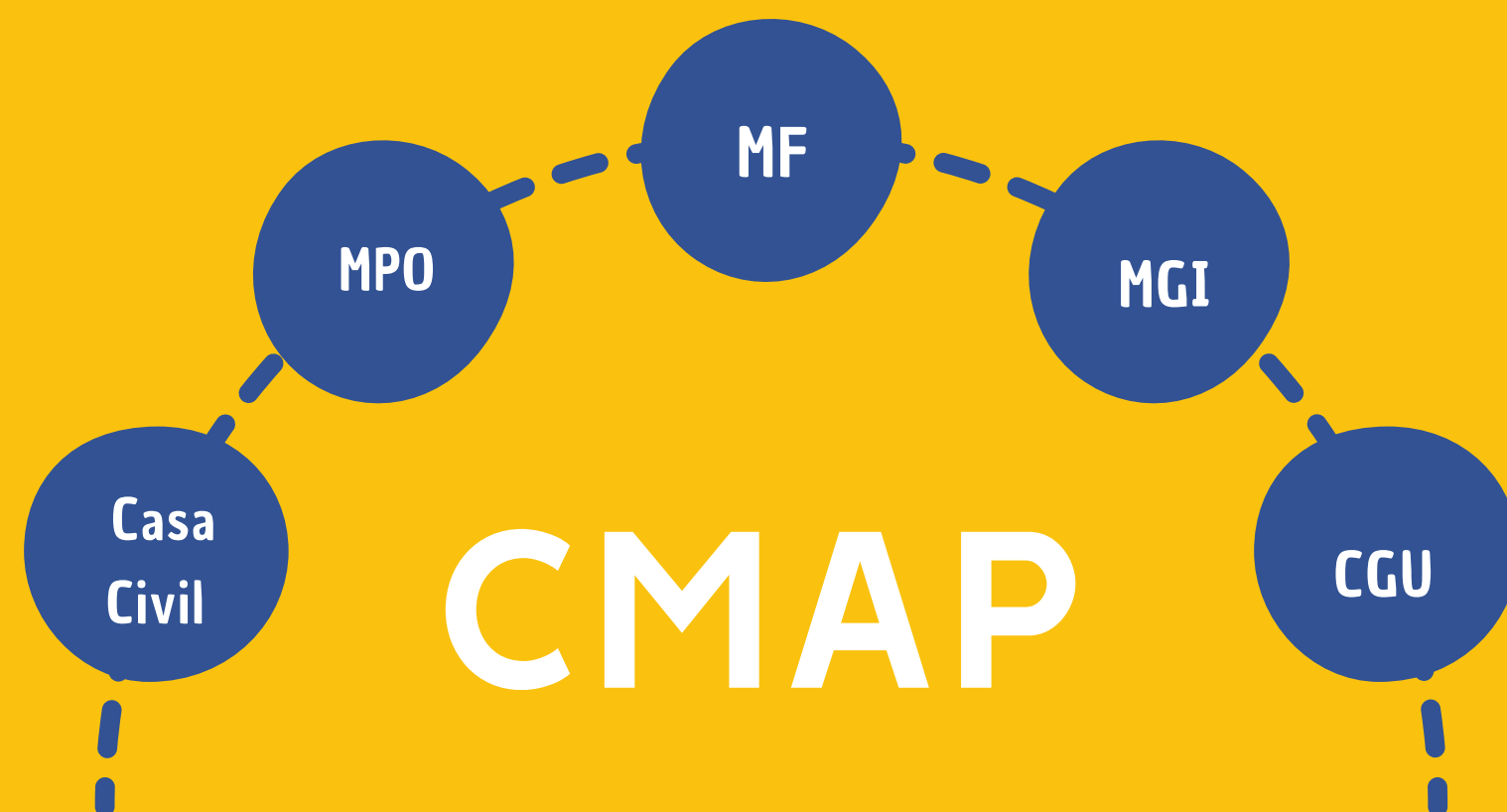
O Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP) avalia políticas públicas através dos comitês **CMAS** (subsídios) e **CMAG** (gastos diretos). As políticas avaliadas são selecionadas com base no **Plano Plurianual** e em ações orçamentárias e subsídios.

A **SMA** também opera como **Secretaria Executiva** do conselho.



COMO ESTAMOS ORGANIZADOS

NOVO DECRETO DE ESTRUTURA: 11.978/2024, QUE APROVA ESTRUTURA REGIMENTAL DO MPO.



O Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP) avalia políticas públicas através dos comitês **CMAS** (subsídios) e **CMAG** (gastos diretos). As políticas avaliadas são selecionadas com base no **Plano Plurianual** e em ações orçamentárias e subsídios.

A **SMA** também opera como **Secretaria Executiva** do conselho.



Anexo IV

Metas Fiscais

IV.5 – Impacto Fiscal das Recomendações Resultantes da Avaliação de Políticas Públicas

Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025

(Art. 4º, § 5º, inciso VI, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

**IMPACTO FISCAL DAS RECOMENDAÇÕES RESULTANTES DA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS
ECONÔMICAS**

Tabela 2 - Opções de Melhoria e Economia: Benefícios Previdenciários (em R\$ bilhões)

Linha de atuação	Medida(s) adotada(s) ou prevista(s)	Ação Orçamentária Associada	Economia Potencial (em R\$ bilhões)					
			2025	2026	2027	2028	2029	Total
1 AtestMed para Auxílio por Incapacidade Temporária	Medidas administrativas, em implementação/investimentos	00SJ	2,4	2,7	2,9	3,1	3,3	14,4
2 Prevenção e contenção de fraudes previdenciárias; promoção da atividade de apuração de irregularidade de benefícios do RGPS e assistenciais	Medidas de gestão / investimentos; alteração normativa (art. 179-E do Decreto n.º 3.048/1999)	00SJ	0,1	0,4	0,4	0,4	0,4	1,7
3 Cobrança administrativa de benefícios do RGPS indevidos	Medidas de gestão / investimentos	00SJ	0,0**	0,1	0,1	0,1	0,1	0,3
Total***		00SJ	2,5	3,1	3,4	3,6	3,8	16,4

Fonte: INSS. Elaboração SOF e SMA/MPO.

Desafios



1. Sociais

- **1.1 Percepção negativa:** a pauta muitas vezes é vista como redução de direitos, o que a coloca em contraposição às demandas históricas de grupos vulneráveis em um país marcado por desigualdades sociais profundas e pela ausência de um Estado de bem-estar robusto.
- **1.2 Associação com agenda de mercado:** em muitos casos, a revisão de gastos é interpretada como uma pauta exclusivamente fiscal ou de interesse do mercado, em oposição a uma agenda social ampla o que afeta sua *legitimidade*.



Trabalhadores nas obras do palácio do Congresso Nacional em fase de concretage c. 1959. Marcel Gautherot/
Acervo IMS

1. Sociais

- **1.3 Excesso de tecnicidade:** a elevada abstração dos conceitos utilizados — como contrafactual ou eficiência marginal — dificulta a comunicação clara com a sociedade, abrindo espaço para interpretações equivocadas.



Jean-Michel Basquiat Untitled 1982 Collection particulière © Estate of Jean-Michel Basquiat

2. Políticos

- **2.1 Risco de impopularidade:** atores políticos podem resistir por temer os custos eleitorais de medidas percebidas como cortes ou realocações de recursos.
- **2.2 Ciclos eleitorais curtos:** eleições a cada dois anos reduzem o horizonte de planejamento e dificultam a implementação de medidas de médio e longo prazo.



Unpopular Decision, Robert Cenedella
American (1940)

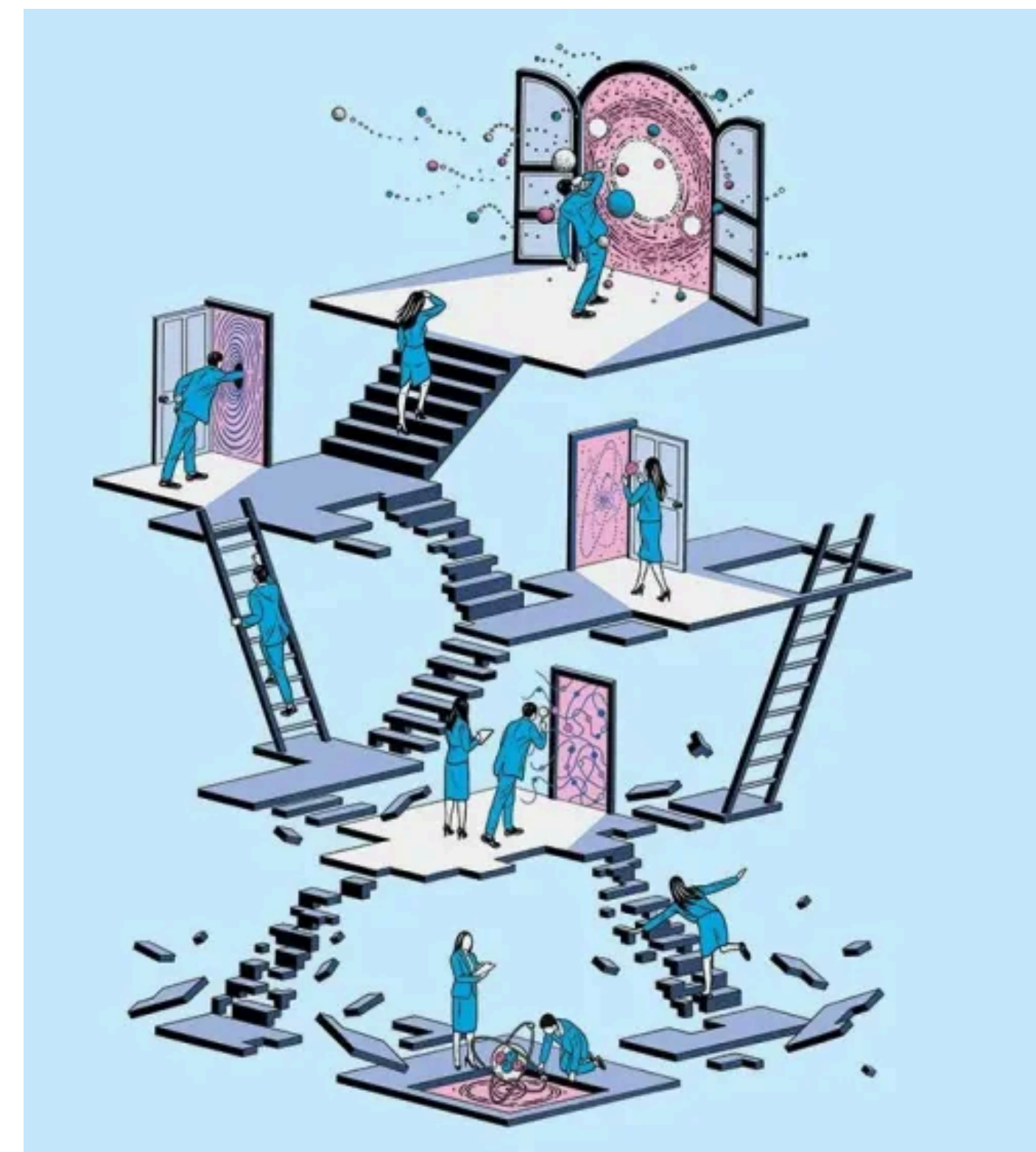
2. Políticos

- **2.3 Federalismo:** os impactos sobre estados e municípios exigem articulação federativa, especialmente dado o alto grau de dependência financeira de muitos entes em relação à União.
- **2.4 Governança institucional:** várias medidas demandam mudanças legais ou constitucionais, exigindo negociação intensa com o Congresso.
- **2.5 Judicialização:** decisões judiciais podem gerar instabilidade normativa, limitando a efetividade das mudanças.



3. Econômicos

- **3.1 Pressão por resultados de curto prazo:** a busca por superávits imediatos muitas vezes leva ao uso de instrumentos como contingenciamentos e cortes lineares, que não se confundem com revisões estruturais de gastos.
- **3.2 Narrativas internacionais restritivas:** a ideia de “kicking away the ladder” (retirada da escada), em que países desenvolvidos impõem barreiras ao desenvolvimento de países do Sul Global, reforça dificuldades para equilibrar competitividade internacional e consolidação fiscal.



3. Econômicos

- **3.3 Baixa produtividade:** a produtividade estagnada da economia brasileira impõe limites estruturais à capacidade de geração de receita e aumenta a pressão sobre ajustes pelo lado da despesa.
- **3.4 Ineficiências distributivas:** resquícios históricos de um Estado com funções coloniais reforçam distorções na alocação de recursos.



4. Ambientais

- **4.1 Eventos climáticos extremos:** desastres ambientais recorrentes ampliam pressões sobre o orçamento, exigem gastos emergenciais e alteram prioridades de médio prazo.
- **4.2 Custo crescente de resposta:** a necessidade de destinar recursos a medidas de mitigação e adaptação pode reduzir o espaço fiscal para outras áreas de revisão de gastos.



Soluções



1. Sociais

- Desenvolver narrativas públicas claras sobre os benefícios da revisão de gastos.
- Traduzir conceitos técnicos para linguagem acessível, mostrando impacto direto em políticas prioritárias.
- Envolver movimentos sociais e sociedade civil na validação das revisões, aumentando legitimidade.

2. Políticos

- Fortalecer articulação política e federativa para reduzir resistências e ampliar cooperação entre União, estados e municípios.
- Planejar medidas em horizontes de médio e longo prazo, minimizando impactos de ciclos eleitorais curtos.
- Criar mecanismos de governança robustos, com pactos entre Executivo e Legislativo, reduzindo riscos de judicialização.

3. Econômicos

- Integrar revisões de gastos a estratégias de aumento de produtividade (investimento em educação, infraestrutura, inovação e simplificação regulatória).
- Priorizar revisões estruturais em vez de cortes lineares, garantindo eficiência e equidade.
- Incorporar critérios de sustentabilidade fiscal de médio e longo prazo, evitando respostas apenas emergenciais.

4. Ambientais

- Desenvolver “green spending reviews”, incorporando critérios de sustentabilidade e resiliência climática nas análises.
- Planejar contingências e buffers fiscais para reduzir impactos de desastres naturais sobre o orçamento.

5. Técnicos

- Capacitar o corpo técnico em avaliação, análise de evidências e modelagem de contrafactuais.
- Criar e integrar bases de dados confiáveis e interoperáveis para suportar decisões.
- Desenvolver metodologias padronizadas de revisão e comunicação clara de resultados, reduzindo insegurança jurídica e de imagem.
- Estimular a cultura de uso de evidências na formulação e acompanhamento de políticas públicas.



SEMINÁRIO SOBRE REVISÃO DE GASTOS PÚBLICOS



Aprimorando a gestão fiscal para
economias mais resilientes



MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

